



Câmara Municipal de Rio Grande da Serra
Estado de São Paulo

LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
DISPENSA ELETRÔNICA DE VALOR

QUADRO RESUMO

Processo administrativo nº	007.05.2024
Dispensa Eletrônica de valor nº	001/2024
Valor Estimado da contratação	R\$ 40.510,61
Dotações Orçamentárias	Constante no edital
Da participação	Ampla concorrência
Da sessão pública da dispensa eletrônica e data limite para apresentação da proposta	Link: https://bllcompras.com/Home/Login PERÍODO DE PROPOSTAS De 13/06/2024 às 15:00h - Até 18/06/2024 às 9:59h PERÍODO DE LANCES – SESSÃO PÚBLICA De 18/06/2024 às 9:00h - Até 17/06/2024 às 15:00h
Objeto	REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais de copa/cozinha, limpeza/descartáveis e Copo de água mineral, para suprimento de diversos setores da Câmara Municipal de Rio Grande da Serra, com fornecimento parcelado, conforme condições e especificações constantes do Termo de Referência – anexo I deste Edital.
Amostra/Demonstração	() Sim (x) Não
Critério de Julgamento	() Menor Preço (x) Menor Preço Global () Por Item (x) Por Lote
Sistema Eletrônico	Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL
Edital	O edital com os anexos está publicado no site camarargserra.sp.gov.br para acesso e download por qualquer interessado, sem ônus.
Contatos, informações e e-mail para envio da proposta e documentação:	Contatos: (37)3334-1299 E-mail: orcamentos@camarargserra.sp.gov.br
Legislações utilizadas	- Artigo nº 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021. - Artigos nº 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Resolução Municipal nº 004.04.2024 - Resolução Municipal nº 005.04.2024



Câmara Municipal de Rio Grande da Serra

Estado de São Paulo

1 – PREÂMBULO

A Câmara Municipal de Rio Grande da Serra., torna público, para conhecimento dos interessados, **que no dia 13 de junho de 2024 às 15:00 horas**, no prédio da Câmara Municipal de Rio Grande da Serra, situado na Rua do Progresso, 251 – Jardim Progresso – Rio Grande da Serra – SP – CEP: 09450-000, torna público que, realizará dispensa eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos Artigo Nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados no quadro resumo acima.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A dispensa, na forma eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.1 Os trabalhos serão conduzidos por servidor **Sergio Ferreira da Costa** da Câmara Municipal de Rio Grande da Serra nomeado para cargo de **Agente de Contratação, através do Ata da Mesa nº 003/2024.**

1.2 - As comunicações referentes a Dispensa Eletrônica serão publicadas no site **camarargserra.sp.gov.br**, na aba de licitações. As demais condições constam do presente edital, seus anexos.

2 - DO OBJETO

2.1 Registro de preço, para aquisição de materiais de copa e cozinha, limpeza e higiene, água mineral, para suprimento de diversos setores da Câmara Municipal de Rio Grande da Serra, com fornecimento parcelado, conforme condições e especificações constantes do Termo de Referência – anexo I deste Edital.

3 – PRAZOS E CONDIÇÕES DE ASSINATURA DE CONTRATO (quando for o caso)

3.1 A Câmara Municipal de Rio Grande da Serra poderá, na forma do artigo 95 da Lei 14.133/2021, substituir o contrato por outros instrumentos hábeis.

3.2 – O prazo para assinatura do contrato ou outro instrumento que o substitua é de até 10 (dez) dias, contados da data da intimação, sob pena de o adjudicatário decair do direito de fazê-lo e incorrer em multa de até 5% do preço total do contrato.

3.3 - Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

3.4 – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

4 SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

4.1 – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da adjudicatária. Não sendo aceitas as justificativas pelo Órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar as sanções previstas nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/20.



Câmara Municipal de Rio Grande da Serra

Estado de São Paulo

5 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste processo empresas cujo objeto social seja compatível com o objeto licitado, e em condições de atender todas as exigências deste Edital e seus Anexos e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://bllcompras.com/Home/Login>.

5.1.1 - Para participação na Dispensa eletrônica, os interessados deverão credenciar-se diretamente ao <https://bllcompras.com/Home/Login>, até horário fixado neste Edital para apresentação da proposta e início da disputa.

5.1.2 - Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida através da empresa **BLL COMPRAS** pelos telefones: (41) 3148-9870 - (41) 3097-4600 -(41) 3149-9300 ou através do e-mail: contatoorgaos@bll.org.br .

5.1.3 - Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

5.1.3.1 - Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

5.1.3.2 - Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.1.3.3 - Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, consórcio¹ em dissolução ou em liquidação;

6 INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

6.1 - O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

6.2 - O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso da dispensa eletrônica, encaminhará, exclusivamente por meio do sistema de “dispensa eletrônica”, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

6.3 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.



Câmara Municipal de Rio Grande da Serra

Estado de São Paulo

6.4 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

6.5 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7 FASE DE LANCES

7.1 - A partir das **09:00h** da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

7.2 - Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.3 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o *Projeto Básico*, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.4 - Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

7.5 - No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

a) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

b) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

c) que está ciente e concorda com as condições contidas no neste edital de Dispensa Eletrônica e seus anexos;

d) que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

e) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.6 - Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

7.6.1 - Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

7.6.2 - Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

7.6.3 - O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

7.6.4 - O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do



Câmara Municipal de Rio Grande da Serra

Estado de São Paulo

certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

7.6.5 - O lance deverá ser ofertado pelo valor anual/total/unitário do item/lote.

7.7 - O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.7.1 - O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

7.7.2 - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta.

7.8 - Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

7.9 - Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.10 - Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

7.11 - Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

7.11.1 - O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

8 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

8.1 - Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

8.2 - No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

8.2.1 - Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

8.2.2 - A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

8.2.3 - Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

8.3 - Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequados ao último lance.

8.3.1 – O fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, com os valores adequados à proposta vencedora, para o e-mail orcamentos@camarargserra.sp.gov.br ou anexar no sistema <https://bllcompras.com/Home/Login> na forma e prazos descritos abaixo:



Câmara Municipal de Rio Grande da Serra

Estado de São Paulo

a) Proposta comercial expressa, ajustada ao preço final, conforme Modelo do Anexo II, ou em modelo próprio, desde que contenha todas as informações ali previstas, com descrição completa do objeto, indicação do valor unitário e total de cada item do objeto, identificação da empresa proponente, nº do CNPJ ou CPF, endereço, números de telefone e fac-símile, e-mail e assinatura do seu representante legal ou credenciado, devidamente identificado e qualificado, sem emendas, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo ao Contratante ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo.

b) Documentos comprovando o poder de representação do signatário da proposta, caso não seja sócio da empresa do licitante, sendo procuração, se pública ou com firma reconhecida, e procuração e documento de identidade, se particular.

8.4 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta dias) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.5 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.5.1 - Contiver vícios insanáveis;

8.5.2 - Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

8.5.3 - Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.5.4 - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.5.5 - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

8.6 - Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.6.1 - For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.7 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8 - Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.9 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.



9 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1 - A documentação de habilitação e declaração (A declaração deverá ser assinada por representante legal da licitante ou por procurador, munido de procuração hábil, nos termos da Lei), descrita abaixo, e o documento comprobatório do enquadramento do licitante como ME ou EPP deverão ser anexadas em campo próprio do sistema POR TODOS OS LICITANTES até o dia e horário definido no “quadro resumo” deste edital e sendo aceitável a oferta de menor preço, será analisada SOMENTE a documentação do licitante classificado em primeiro lugar.

Observações:

1º Caso a empresa não faça a inserção dos documentos em campo próprio do sistema implicará na desclassificação da empresa.

2º Se julgar necessário a Comissão poderá solicitar que tais documentos sejam encaminhados também no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após encerrada a sessão da Dispensa eletrônica, para o e-mail orcamentos@camarargserra.sp.gov.br (limite de 25 MB por e-mail).

9.2- HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1 – Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.2.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor², devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.2.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

9.2.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.2.5 - Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldoempreendedor.gov.br

OBS: A COMPROVAÇÃO de microempresa e empresa de pequeno porte nos termos do que dispõe o artigo 48 inciso I da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 deverá ser:

a - Se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, declaração de enquadramento arquivada ou a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, ou equivalente, da sede da pequena empresa;

b - Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalentes, da sede da pequena empresa.

c - O licitante optante pelo Regime do Simples Nacional deverá apresentar Declaração de Opção pelo “Simples Nacional”.

OBS: O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, civil, penal e administrativamente.

² NOTA EXPLICATIVA: O contrato social consolidado dispensa a apresentação do contrato original e das alterações anteriores, devendo ser apresentadas alterações posteriores ainda não consolidadas.



Câmara Municipal de Rio Grande da Serra

Estado de São Paulo

9.3 - HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

9.3.1 – Comprovante de inscrição no CNPJ

9.3.2 – Prova de regularidade com INSS (seguridade social), e tributos federais e dívida ativa da união (certidão conjunta);

9.3.3 – Prova de regularidade com FGTS (fundo de garantia por tempo de serviço);

9.3.4 – Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

9.3.5 – Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

9.3.6 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT).

Nota: são válidas para comprovação de regularidade as certidões positivas com efeito de negativas expedidas pelos respectivos órgãos.

9.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA:

9.4.1 - Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, Concordata expedida pelo FORO de domicílio da proponente, dentro do prazo de validade previsto na mesma, referente à data de abertura desta dispensa, admitindo-se certidões digitais.

9.5 - DECLARAÇÕES

9.5.1 - **DECLARAÇÃO** do representante legal, observado o disposto no **Anexo III**.

9.6 – DOS DOCUMENTOS

9.6.1 – Será efetuado consulta ao *site* da Receita Federal para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, em observância à legislação pertinente, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos extraídos pela internet, junto aos *sites* dos órgãos emissores, para fins de habilitação.

9.6.2 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ ou CPF e endereço respectivo, observando-se que:

a - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b - Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

c - se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, deverão ser apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da filial⁶;

d - serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.3 - Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados dos últimos 180 (noventa) dias até a data de abertura da sessão inaugural.

9.7 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.7.1 - Comprovação de aptidão do licitante através de atestado de capacidade técnico-operacional fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a Contratada tenha executado, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste Estudo Técnico Preliminar e que façam explícita referência pelo menos às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, que permitam estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais e qualitativas com o objeto do presente Estudo Técnico Preliminar.



Câmara Municipal de Rio Grande da Serra

Estado de São Paulo

10 – DAS IMPUGNAÇÕES, DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DOS RECURSOS

10.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital por irregularidade na aplicação da Lei 14.133/21 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da dispensa.

10.1.1 – Os esclarecimentos pretendidos serão dirigidos ao setor de compras, preferencialmente através de e-mail orcamentos@camarargserra.sp.gov.br ou através de protocolo no setor respectivo da Câmara Municipal de Rio Grande da Serra.

10.1.2 – Não serão respondidos questionamentos orais (através de telefone).

10.1.3 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura da dispensa.

10.1.4 - Havendo intenção de interposição de **recurso** a interessada deverá apresentar razões no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação do processo;
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

11 – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II - revogar o processo por motivo de conveniência e oportunidade;
- III - proceder à anulação do processo, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- IV - adjudicar o objeto e homologar a processo.

12 - DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA DISPENSA

12.1. O resultado final desta dispensa de valor será publicado no Diário do Grande ABC e no site Câmara Municipal de Rio Grande da Serra sendo esta de responsabilidade do Município.

13 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - As despesas decorrentes da presente aquisição onerarão os recursos Orçamentários:

Dotação: 21.01.3.3.90.30.01.031.0001.2.001.01.1100000 – **Ficha:** 7 **Fonte de Recurso:** 01

14 - DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 – A autoridade competente do Município da Câmara Municipal de Rio Grande da Serra, poderá anular e revogar a presente processo por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anular por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito, devidamente fundamentado.



Câmara Municipal de Rio Grande da Serra

Estado de São Paulo

14.2 – A apresentação da proposta implica, por parte do interessado, observação dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste edital sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

14.3 – A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput do artigo 59 da Lei 14.133/21.

14.4 - O Município poderá, na forma do artigo 95 da Lei 14.133/2021, substituir o contrato por outros instrumentos hábeis.

14.5 – As questões decorrentes da execução deste edital, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no FORO Comarca de Rio Grande da Serra.

14.6 – Os casos omissos serão dirimidos com observância da legislação regedora, em especial a Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei complementar 123/06 e suas alterações.

14.7 - Pela aplicação dos princípios da razoabilidade, formalismo moderado e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, a ocorrência de vícios formais na apresentação dos documentos de habilitação e proposta de preços pelos interessados, considerando que as informações necessárias estejam contidas em documentos apresentados, ou tratando-se de mero erro de aritmética, a comissão poderá adotar medidas no sentido de permitir que os licitantes saneiem os vícios, observada a impossibilidade de concessão de tratamento diferenciado, bem como juntada extemporânea de documentos de apresentação obrigatória.

15 – ANEXOS

ANEXO I – Projeto básico;

ANEXO II - Modelo de Proposta Comercial;

ANEXO III – Modelo de Declaração;

ANEXO IV – Minuta de Contrato;

Rio Grande da Serra, 13 de Junho de 2024.



Câmara Municipal de Rio Grande da Serra

Estado de São Paulo

ANEXO I

PROJETO BÁSICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007.05.2024

DISPENSA ELETRÔNICA DE VALOR Nº 001/2024

01 - OBJETO

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais de copa/cozinha, limpeza/higiene /descartáveis, e água mineral, para suprimento de diversos setores da Câmara Municipal de Rio Grande da Serra, com fornecimento parcelado.

02 - JUSTIFICATIVA: Justifica-se a obtenção de materiais de copa/cozinha, limpeza/higiene e água mineral, por ser de uso contínuo e de extrema necessidade, para o bom andamento dos trabalhos desta Casa de Leis, o objeto deste pedido será fracionado e utilizado conforme demanda de cada setor, torna-se imprescindível para manutenção das atividades desenvolvidas por esta Câmara Municipal.

03 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A contratação objeto deste Projeto Básico tem amparo legal, integralmente, na Lei nº 14.133/2021 e Lei Complementar nº 123/06.

04 – ESPECIFICAÇÕES COM DESCRIÇÃO DETALHADA DO ITEM E VALOR MÉDIO ESTIMADO:

Lote 01 Material de Copa.

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS	UN	QTD	VALOR ESTIMADO
01	Açúcar refinado especial branco – sem glúten – de primeira qualidade, acondicionado em embalagem plástica resistente, hermeticamente fechada, contendo. A embalagem deverá conter, dentre outros, a marca do produto; data de fabricação e prazo de validade, Marcas de referência: Da Barra, União, Caravelas ou Guarani, de qualidade igual ou superior.	Pct de 1KG	320	
02	Adoçante , composto por Água, sorbitol, edulcorantes e sucralose, Sem glúten 100ml, a embalagem deverá conter, dentre outros, a marca do produto; data de fabricação e prazo de validade. Marcas de referência: Adocyl. Assugrin, Finn, zero-cal, de qualidade igual ou superior	UN	25	
03	Café em pó torra média, intensidade 8, embalagem alto vácuo, tipo do café: tradicional, de primeira qualidade, embalagem (tipo Tijolinho), a embalagem deverá conter, dentre outros, a marca do produto; data de fabricação e prazo de validade. Marcas de referência: Pilão, União, Melita 3 corações, de qualidade igual ou superior.	Pct de 500g	200	
04	Chá tipo Mate , folhas de mate tostado, a embalagem deverá conter, dentre outros, a marca do produto; data de fabricação e prazo de validade.	Pct de 250g	50	

Lote 02 Material de Limpeza



Câmara Municipal de Rio Grande da Serra

Estado de São Paulo

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS	UN	QTDADA	VALOR ESTIMADO
01	Água sanitária , desinfetante bactericida, alvejante de uso geral, a embalagem deverá conter, dentre outros, a marca do produto; data de fabricação e prazo de validade	UN	70	
02	Alcool etílico 92,8° produto líquido, homogêneo, límpido, odor, em embalagem de 1 litro, embalagem deverá conter, dentre outros, a marca do produto; data de fabricação e prazo de validade.	UN	40	
03	Alcool em gel 70% antisséptico, em embalagem de 5 litro, embalagem deverá conter, dentre outros, a marca do produto; data de fabricação e prazo de validade.	GL	5	
04	Alcool perfumado Limpador Multiuso 46%, em embalagem de 1 litro, embalagem deverá conter, dentre outros, a marca do produto; data de fabricação e prazo de validade.	UN	50	
05	Aromatizador Aerossol 360MI a embalagem deverá conter, dentre outros, a marca do produto; data de fabricação e prazo de validade, Marcas de referência: bom ar, glade, de qualidade igual ou superior	UN	15	
06	Balde de plástico com capacidade para de 20 litros, a embalagem deverá conter, dentre outros, a marca do produto; data de fabricação e prazo de validade	UN	10	
07	Cera líquida incolor 750ml , a embalagem deverá conter, dentre outros, a marca do produto; data de fabricação e prazo de validade, Marcas de referência: poliflor, inglesa, polylar de qualidade igual ou superior	UN	50	
08	Copo descartável , com capacidade mínima para 50ml, caixa com 5.000 copos, poliestireno, não tóxico, na cor branco leitoso, os copos devem conter gravado de forma indelével: em relevo a marca ou identificação do fabricante.	CX	15	
09	Copo descartável , com capacidade mínima para 180ml, caixa com 2.500 copos poliestireno, não tóxico, na cor branco leitoso, os copos devem conter gravado de forma indelével: em relevo a marca ou identificação do fabricante.	CX	20	
10	Desinfetante Líquido para Uso Geral 5 Litros, a embalagem deverá conter, dentre outros, a marca do produto; data de fabricação e prazo de validade, Marcas de referência: sanol, ajax, kalipto, de qualidade igual ou superior	GL	80	
11	Detergente líquido para telheres e louças,	UN	70	



Câmara Municipal de Rio Grande da Serra

Estado de São Paulo

	pronto uso, fracco de 500ml, a embalagem deverá conter, dentre outros, a marca do produto; data de fabricação e prazo de validade			
12	Espanador de pó com penas medida 20cm, natural de avestruz, embalagem com identificação do fabricante, data de fabricação e prazo de validade	UN	1	
13	Esponja dupla face , medida 100mmx71mm, acondicionado em saco plástico contendo 10 unidades, embalagem com identificação do fabricante, data de fabricação e prazo de validade	PCT	10	
14	Esponja tipo lã de aço , isenta de sinais de oxidação, acondicionado em saco plástico, embalagem com identificação do fabricante, data de fabricação e prazo de validade	UN	50	
15	Filtro de papel 103 , embalagem de papel, com microfuros que facilitam a passagem do café, caixa com 30 un, embalagem deverá conter, dentre outros, a marca do produto; data de fabricação e prazo de validade, Marcas de referência: 3 corações, melitta, de qualidade igual ou superior	UN	60	
16	Flanela para limpeza , 100% algodão, peluciada em ambos os lados, medindo aproximadamente 30x40cm (variável 10%), borda: com bainha (costura reforçada).	UN	50	
17	Fósforo , palito de madeira, pacote com 10 caixas, com 40 palitos cada, com no máximo 5cm de comprimento, embalado com material que garanta a integridade do produto até o uso. Embalagem contendo a identificação do produto e do fabricante.	PCT	3	
18	Guardanapo de papel - 32,5x32,5 folhas simples, com 50 folhas, embalagem deverá conter, dentre outros, a marca do produto; data de fabricação e prazo de validade	PCT	250	
19	Limpa Vidros , Vitrines, espelhos., frasco com 500ml. embalagem deverá conter, dentre outros, a marca do produto; data de fabricação e prazo de validade.	UN	50	
20	Lixeira redonda sem tampa, tipo cesto de lixo reforçado para uso externo, fabricado em polipropileno ou polietileno de alta densidade. Capacidade para 20 litros	UN	10	
21	Limpador multiuso , líquido; neutro ou com aroma suave, frasco com 500ml. Deve constar no rótulo: nº do registro na ANVISA, CNPJ da empresa, crq do químico responsável, validade endereço e telefone para contato. Data de fabricação e lote impressos no frasco.	UN	80	
22	Lustra móvel 200ml lavanda, embalagem deverá conter, dentre outros, a marca do produto; data de fabricação e prazo de validade.	Un.	30	



Câmara Municipal de Rio Grande da Serra

Estado de São Paulo

23	Luva borracha/látex M , confeccionado em borracha látex, forrada, antialérgica, cor amarela/verde/laranja, embalagem com 1 par, contendo dados do fabricante. Certificado de aprovação do ministério do trabalho	PCT	20	
24	Luva borracha/látex G , confeccionado em borracha látex, forrada, antialérgica, cor amarela/verde/laranja, embalagem com 1 par, contendo dados do fabricante. Certificado de aprovação do ministério do trabalho.	PCT	20	
25	Papel toalha em bobina composto em 100% de fibras celulósicas medida 200mx20cm, cor branco ou cinza, Fardo com 6 UN , embalagem com identificação do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, de boa qualidade	FD	18	
26	Papel higiênico , fardo com 64 rolos, de boa qualidade, folha simples, na cor branca, classe 1, fragrância neutra, alvura maior que 80%. Matéria prima 100% fibra vegetal, papel com acabamento grofado, picotado, comprimento do rolo acondicionado em fardos plásticos, rotulagem com identificação de classe, marca, quantidade de rolos, metragem do papel, nome do fabricante e fantasia, de qualidade igual, superior ou similar.	FD	25	
27	Desodorante sanitário tipo pedra sanitária, Kit 12 Pedra Sanitária de 25g cada, para vaso de Banheiro, embalagem deverá conter, dentre outros, a marca do produto; data de fabricação e prazo de validade.	UN	240	
28	Pano de chão , tipo Saco alvejado, 100% algodão, bordas com acabamento, dimensão 70x50cm e peso de 100gr, xadrez	UN	100	
29	Pano de copa felpudo , branco liso, com acabamento, alta absorção, 100% algodão de 1ª qualidade com medidas mínimas de 65x43cm.	UN	50	
30	Refil substituível para Rodo de alumínio fixado com rebites tamanho 80 cm	UN	10	
31	Refil substituível para Rodo de alumínio fixado com rebites tamanho 40 cm	UN	10	
32	Rodo de alumínio fixado com rebites, com refil de borracha dupla fácil de trocar, tamanho 80 cm e cabo de 1,50mts	UN	5	
33	Rodo de alumínio fixado com rebites, com refil de borracha dupla fácil de trocar, tamanho 40 cm e cabo de 1,50mts	UN	5	
34	Sabão em pó azul , Embalado em caixa de papelão anatômica ou sacos plásticos. Composição: alquibenzeudo, sulfato de sódio, sais inorgânicos e orgânicos, sequestrante, alvejante, coadjuvante alcalizante, branqueador óptico, preservante pigueito enzima, essência e água. Produto biodegradável. Constar na	CX	25	



Câmara Municipal de Rio Grande da Serra

Estado de São Paulo

	embalagem os dados do fabricante, telefone sac, instruções e precauções de uso, número da autorização de funcionamento e registro do produto ms, número do lote e validade mínima de 12 meses. Registro na ANVISA. Marcas de referência: surf, tixan, clarin, omo de qualidade igual, superior ou similar			
35	Sabonete líquido para maos, acondicionado em embalagem plastica 5l, deve constar na embalagem os dados do fabricante, telefone sac, instruções e precauções de uso, número do lote e data de validade.	GL	12	
36	Sabão em barra glicerinado 180g , embalagem com 5 barras, neutro e isentos de corante. Produto com número na embalagem, data de validade e lote impressos na embalagem. Acondicionado em embalagem plástica transparente contendo 5 barras, Marcas de referência: ypê, minuano, de qualidade igual, superior ou similar	PCT	6	
37	Saco para lixo , na cor preta, capacidade 40 litros, pacote com 100 unidades, em polietileno, resistente, para uso doméstico, p-2. Classe 1, características mínimas: 59cm de largura, 62cm de altura, capacidade 6kg. Normas da abnt	PCT	40	
38	Saco para lixo , na cor preta, capacidade 100 litros, pacote com 100 inidades, em polietileno, resistente, para uso doméstico, p-5. Classe 1, características mínimas: comprimento 75cm, largura 85cm, ou tamanhos aproximados.	PCT	15	
39	Vassoura de nylon 30 cm com cabo para limpeza de pisos diversos. Cerdas em leque, macias e de nylon, base em polipropileno, fixação do cabo, com sistema de rosca. Marcas de referência: bettanin, condor, qualidade igual, superior ou similar	UN	10	

Lote 03 agua Mineral

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS	UN	QTDADE	VALOR ESTIMADO
01	Agua mineral Fluoretada, potável, sem gás, em copo de 200ml, caixa com 48 unidades devidamente lacrado, a embalagem deverá conter, dentre outros, a marca do produto; data de fabricação e prazo de validade	CX	230	

5 – CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

5.1. A Camara Municipal de Rio Grande da Serra não aceitará o item entregue fora do prazo



Câmara Municipal de Rio Grande da Serra

Estado de São Paulo

estabelecido, com defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes neste projeto básico ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo à Contratada efetuar as substituições necessárias, sob pena de aplicação das sanções previstas e/ou rescisão contratual;

06 – CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1 O prazo para prestação dos serviços é de até 05 (cinco) dias contados do recebimento da Ordem de Fornecimento/Serviço, no endereço da Câmara Municipal de Rio Grande da Serra, Rua do Progresso, 251 – Jardim Progresso – Rio Grande da Serra – SP – CEP: 09450-000, de segunda a sexta-feira, no horário de 08h às 12h, e de 13h às 16h, telefone (11) 4820-1890. Os custos de transporte e entrega estarão a cargo do fornecedor. Os serviços deverão ser prestados.

6.1.1 A Câmara Municipal de Rio Grande da Serra, se reserva o direito de não receber produto em desacordo com o previsto no contrato, podendo cancelar em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis.

A empresa deverá se comprometer a substituir ou repor o produto, quando:

- a) houver, na entrega, embalagem danificada, defeituosa ou inadequada,
- b) O produto não atender às especificações da proposta apresentada.
- c) Substituir, no prazo máximo de até 02 (dois) dias, a contar da data da notificação, os produtos entregues, caso se apresentem com defeitos.
- d) Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação definida neste Estudo Técnico Preliminar, sem prévia anuência do Contratante. Caso ocorra a subcontratação, mesmo que autorizada pelo Contratante, este não se responsabilizará por qualquer obrigação ou encargo do subcontratado.
- e) O Fornecedor sujeitar-se-á à fiscalização do produto no ato da entrega, reservando-se o Contratante o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.

6.2 - Correrão por conta da contratada todas as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos itens licitados.

6.3 – O contratado ficará obrigado a aceitar de volta, os itens licitados, na hipótese de recusa da Contratante, no prazo de 02 (dois) dias, por não atender as exigências deste termo. O ato do recebimento não importará a sua aceitação e sem nenhum direito à indenização.

07 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADA

7.1. Compete ao contratante

- a. Receber o item no prazo e condições estabelecidas neste projeto básico e Contrato;
- b. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do bem recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;



Câmara Municipal de Rio Grande da Serra

Estado de São Paulo

7.2. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) Entregar o item de acordo com o projeto básico e conforme apresentado na proposta, no prazo estipulado, contados da data do recebimento da Nota de Autorização de Fornecimento.
 - b) Manter durante todo o período de vigência do contrato as mesmas condições exigidas para habilitação.
 - c) O reconhecimento dos direitos do CONTRATANTE em caso de extinção do contrato prevista no art. 138 da Lei 14.133/2021.
 - d) Responder pelos prejuízos materiais ou pessoais causados por eventuais danos causados por negligência, imprudência, imperícia ou dolo próprio ou de funcionário da contratada.
 - e) Arcar com os tributos federais, estaduais ou municipais, que por ventura incidam ou venham a incidir sobre o respectivo contrato, bem como os encargos sociais, trabalhista e previdenciários do mesmo.
- a) Responsabilizar-se pela garantia do item, observados os critérios de sua proposta estabelecidos pelo fabricante.

8 - PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após à entrega dos itens, sempre de acordo com a ordem cronológica de sua exigibilidade, observadas as demais exigências a seguir indicadas.

8.1.1. Em caso de irregularidade(s) na(s) nota(s) fiscal (is) / fatura(s), o pagamento será efetuado após a correção do mesmo.

8.1.2. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

8.3 – A Câmara Municipal, reserva o direito de reter o pagamento de faturas para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas ao fornecedor e para ressarcir danos a terceiros.

9 – SUBCONTRATAÇÃO:

9.1. É expressamente proibida a subcontratação do objeto da presente dispensa.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES:

10.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para a dispensa;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da dispensa sem motivo justificado;



Câmara Municipal de Rio Grande da Serra

Estado de São Paulo

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a dispensa prestar declaração falsa durante o processo ou a execução do contrato;

IX - fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da dispensa;

XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#)

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11. – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

11.1. A despesa decorrente desta dispensa está estimada em valor total de **R\$ 40.510,61 (centavos)**, correrá pelas seguintes DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Dotação: 21.01.3.3.90.30.01.031.0001.2.001.01.1100000 – **Ficha:** 07 **Fonte de Recurso:** 01

Rio Grande da Serra, 00 de Junho de 2024.

Sergio Ferreira da Costa
Agente de Contratação

Claudio Xavier Monteiro
Presidente



Câmara Municipal de Rio Grande da Serra

Estado de São Paulo

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º/2024

DISPENSA ELETRÔNICA DE VALOR Nº/2024

OBJETO: Registro de preço: contratação de empresa especializada, para aquisição de materiais de copa/cozinha, limpeza/descartáveis e copo de água mineral, para suprimento de diversos setores da Câmara Municipal de Rio Grande da Serra, com fornecimento parcelado, conforme demanda.

Razão Social do Licitante:
CNPJ/CPF :
Endereço :
E-mail :
Telefone / Fax :
Representante :
Nome:

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS	UN	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

- Validade de 60 (sessenta) dias, contadas a partir da presente data.
- Prazo de Entrega: Conforme projeto básico.
- Condições de Pagamento: Conforme projeto básico.

_____, ____ de _____ de 2024

Nome e assinatura do representante legal
(carimbo da empresa)



Câmara Municipal de Rio Grande da Serra
Estado de São Paulo

ANEXO III

DECLARAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ: _____

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º /2024

DISPENSA ELETRÔNICA DE VALOR N.º /2024

A Empresa _____, com inscrição no CNPJ n.º _____, sediada na _____ vem declarar sob as penas da Lei:

- Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação na dispensa, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- Que assume a responsabilidade dos preços ofertados, assumindo como firmes e verdadeiros;
- Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91 (se for o caso).
- Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

_____, _____ de _____ de 2024

Nome e assinatura do representante legal
(carimbo da empresa)



Câmara Municipal de Rio Grande da Serra

Estado de São Paulo

ANEXO IV

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º >/2024

DISPENSA ELETRÔNICA DE VALOR PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº /2024.

CONTRATANTE:

ORGÃO PÚBLICO Câmara Municipal de Rio Grande da Serra, pessoa jurídica de Direito Público, com sede na Rua do Progresso, 251 – Jardim Progresso – Rio Grande da Serra – SP – CEP: 09450-000, neste ato representado pelo Presidente, Claudio Xavier Monteiro, denominado **CONTRATANTE**.

CONTRATADO:

_____, pessoa jurídica de direito privado, com sede na _____, CEP _____, CNPJ n.º _____, neste ato designada **CONTRATADA**.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – PRESSUPOSTOS JURÍDICOS - ADMINISTRATIVOS:

1.1. A presente Ata decorre de procedimento administrativo n.º /2024, Dispensa eletrônica de valor registro de preços n.º/2024, regido pelo disposto na Lei n.º 14.133/2021.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

2.1. A presente Ata tem como objeto o registro de preços para possíveis e futuras aquisições de Material de Consumo, conforme características, especificações e quantidades constantes do **ANEXO I** da Dispensa eletrônica de valor para registro de preços n.º 01 /2024 e da Proposta da Contratada.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DEMAIS INFORMAÇÕES:

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.2. A existência de preços registrados não obriga o a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de processo específico para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.3. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

a) Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

b) Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei Federal n.º 14.133/21;

c) prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3.5. As aquisições ou as contratações adicionais por ADESÃO, não poderão exceder, por



Câmara Municipal de Rio Grande da Serra

Estado de São Paulo

órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

3.6. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.7. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

3.8. Os preços poderão ser alterados conforme disposto no Art. 124, II, “d” da Lei 14.133/21.

3.9. Será aceito o registro de mais de um fornecedor, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

3.10. É vedado à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto deste edital em seu prazo de validade, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

3.11. A ata de registro de preços poderá ser cancelada quando:

a) Descumprir as condições descritas nesta ata de registro de preços.

b) Não aceitar a Ordem de Compras ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.

d) Sofrer sanção prevista no artigo 156 da Lei 14.133/21.

e) O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

f) Por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

4 - CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO:

4.1. A presente Ata tem o seu valor total de R\$ (.....)

(relacionar planilha com dados e valor).

4.2. O pagamento será realizado num prazo de **em até (.....)** dias após a entrega dos itens, mediante apresentação de nota fiscal, e o visto do Departamento requisitante, comprovando a entrega.

4.2.1. Em caso de irregularidade(s) na(s) nota(s) fiscal(is) / fatura(s), o prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondentes(s) regularização (ões).

4.2.1.1 Depósitos, transferências ou outra forma de pagamento só serão realizados para conta de Pessoa Jurídica, devendo ser previamente notificado à contratante.

4.2.2. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

4.2.3. Para receber seus créditos o contratado deverá comprovar a regularidade fiscal tributária que lhe foram exigidas quando da habilitação

4.3. A Câmara Municipal do Município de, reserva o direito de reter o pagamento de faturas para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas ao fornecedor e para ressarcir danos a terceiros.



Câmara Municipal de Rio Grande da Serra

Estado de São Paulo

4.4. Nenhum outro pagamento será devido pela **Contratante** à **Contratada**, seja a que título for, nem direta, nem indiretamente, sendo certo que a **Contratada** é a única responsável pelo cumprimento de todas as obrigações legais e regulamentares que se produzirem na execução desta ata.

5 - CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

5.1. O recebimento será realizado por pessoa designada pela Câmara Municipal do Município de

5.2. A Câmara Municipal não aceitará item entregue fora do prazo estabelecido, com defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes no Projeto Básico e proposta ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo à Contratada efetuar as substituições necessárias, sob pena de aplicação das sanções previstas e/ou rescisão contratuais;

6 - CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS:

6.1. Nos preços dos itens incluem todos e quaisquer encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, seguros, mão de obra e frete.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES:

7.1. DA CONTRATANTE:

- a. Receber o item no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico e nesta Ata;
- b. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do bem recebido provisoriamente com as especificações constantes do projeto básico e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. DA CONTRATADA:

f) Entregar o item de acordo com o edital e conforme apresentado na proposta, no prazo de até (.....) dias, contados da data do recebimento da NAF (Nota de Autorização de Fornecimento).

7.2.1.1 Depósitos, transferências ou outra forma de pagamento só serão realizados para conta de Pessoa Jurídica, devendo ser previamente notificado à contratante.

7.2.2. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

7.2.3. Para receber seus créditos o contratado deverá comprovar a regularidade fiscal tributária que lhe foram exigidas quando da habilitação

7.3. A Câmara Municipal do Município de, reserva o direito de reter o pagamento de faturas para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas ao fornecedor e para ressarcir danos a terceiros.

7.4. Nenhum outro pagamento será devido pela **Contratante** à **Contratada**, seja a que título for, nem direta, nem indiretamente, sendo certo que a **Contratada** é a única responsável pelo cumprimento de todas as obrigações legais e regulamentares que se produzirem na execução desta ata.



Câmara Municipal de Rio Grande da Serra

Estado de São Paulo

8. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- f) Entregar o item de acordo com o projeto básico e conforme apresentado na proposta, no prazo estipulado, contados da data do recebimento da Nota de Autorização de Fornecimento.
- g) Manter durante todo o período de vigência da Ata as mesmas condições exigidas para habilitação.
- h) O reconhecimento dos direitos do CONTRATANTE em caso de extinção da Ata previsto no art. 138 da Lei 14.133/2021.
- i) Responder pelos prejuízos materiais ou pessoais causados por eventuais danos causados por negligência, imprudência, imperícia ou dolo próprio ou de funcionário da contratada.
- j) Arcar com os tributos federais, estaduais ou municipais, que por ventura incidam ou venham a incidir sobre a respectiva Ata, bem como os encargos sociais, trabalhista e previdenciários do mesmo.
- k) Responsabilizar-se pela garantia do item, observados os critérios de estabelecidos pelo fabricante.

9. CLÁUSULA OITAVA – DA EXTIÇÃO DA ATA

- a. A ata poderá ser extinta conforme prevista no art. 138 da Lei 14.133/2021.

10. CLÁUSULA NONA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

10.1 - As despesas decorrentes da presente aquisição onerarão os recursos Orçamentários:

Dotação: **Ficha** **Fonte de Recurso**

11. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES:

- a. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial da ata;

II - dar causa à inexecução parcial da ata que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total da ata;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para a dispensa;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar a ata ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da dispensa sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a dispensa ou prestar declaração falsa durante a execução da ata;

IX - fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução da ata;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da dispensa;

XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#)



Câmara Municipal de Rio Grande da Serra

Estado de São Paulo

b. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO:

a. – Os serviços serão executados conforme solicitação da Câmara Municipal de Rio Grande da Serra, sendo solicitado com no mínimo, dias antecedência.

b. – A Câmara Municipal do Município de se reserva o direito de não receber o item em desacordo com o previsto no projeto básico e esta Ata, podendo cancelar em decorrência de sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis.

c. – A contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, os itens licitados em que se verificarem irregularidades.

d. – O Fornecedor sujeitar-se-á à fiscalização dos itens licitados no ato da entrega, reservando-se o Município de o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.

e. - Correrão por conta da contratada todas as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos itens licitados.

f. – O contratado ficará obrigado a aceitar de volta, os itens licitados, na hipótese de recusa pelo Município, no prazo de 02 (dois) dias, por não atender as exigências. O ato de recebimento não importará a sua aceitação e sem nenhum direito à indenização.

13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - REAJUSTE DE PREÇOS

a. – Os preços poderão ser alterados conforme disposto no Art. 124, II, “d” da Lei 14.133/21.

14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PUBLICAÇÃO

a. A eficácia do presente instrumento está vinculada à publicação do extrato no Jornal Oficial da Câmara, sendo esta de responsabilidade do contratante.

15.- CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:

15.1. O foro competente para dirimir qualquer dúvida ou ação decorrente do presente Contrato é o foro da Comarca de Rio Grande da Serra, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.2. Nada mais havendo a ser declarado, vai assinada pelas partes e testemunhas a tudo presente e de tudo ciente, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os regulares efeitos de Lei e de Direito.



Câmara Municipal de Rio Grande da Serra
Estado de São Paulo

....., de _____ de 2024.

Contratante

Contratado

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____